



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000349176

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1019683-41.2023.8.26.0053, da Comarca de Santa Rosa de Viterbo, em que é apelante ANA PAULA DE FRANÇA, é apelado INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 17ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: “**Negaram provimento ao recurso. V.U.**”, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CARLOS MONNERAT (Presidente sem voto), RICARDO GRACCHO E ALBERTO GENTIL.

São Paulo, 8 de abril de 2025.

ANTONIO MOLITERNO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Voto nº 38.812

Apelação nº 1019683-41.2023.8.26.0053

Apelante: ANA PAULA DE FRANÇA

Apelado: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Origem: VARA ÚNICA DE SANTA ROSA DE VITERBO

APELAÇÃO. Ação julgada improcedente.
NOVA PERÍCIA MÉDICA. Medida desnecessária. Livre convencimento motivado do juiz.
ACIDENTE DO TRABALHO. Acidente de trajeto comprovado. Ausência, entretanto, de redução da capacidade laborativa. Improcedência mantida.

NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

Vistos.

Trata-se de apelação interposta por ANA PAULA DE FRANÇA contra r. sentença que julgou improcedente a ação acidentária movida contra o INSS, reconhecida a isenção em relação ao pagamento das verbas inerentes à sucumbência.

Não foi apresentada resposta.

É o relatório.

Desnecessária a realização de nova perícia. Apesar das críticas, observo que o laudo apresentado está fundamentado e contém os elementos necessários à solução da lide. Tanto que propiciou a entrega da prestação jurisdicional.

Nova perícia pode ser determinada pelo juiz quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida ou se o laudo lhe parecer incompleto, vago, inconclusivo, contraditório ou mesmo absurdo (art. 480 do CPC), hipóteses não identificadas no presente feito.

Recordo que não há vinculação do magistrado a nenhuma espécie de prova, inclusive a pericial, conforme o princípio do livre convencimento motivado. Portanto, não há obrigação de se deferir, a pedido da parte, a realização de nova perícia apenas porque a anterior lhe foi desfavorável.

Como destinatário das provas, o juiz pode apreciá-las livremente, de acordo com as circunstâncias peculiares dos autos. Compete-lhe, ainda, o indeferimento das diligências inúteis, nos termos dos arts. 370 e 371 do CPC.

Oportuno registrar que, na produção da prova pericial, a lei permite que as partes indiquem seus assistentes técnicos e apresentem quesitos, como forma de propiciar a colheita de melhores elementos probatórios para a formação da convicção do magistrado.

No mérito, a solução dada à lide não comporta alteração.

A autora, trabalhadora de serviço de limpeza e conservação de áreas públicas, afirmou que sua capacidade laborativa foi afetada por sequelas de acidente ocorrido em 24/06/2016, no trajeto entre sua residência e o trabalho. Enquanto conduzia sua bicicleta, foi atropelada e fraturou o cotovelo direito.

O infortúnio é incontroverso. Foi comunicado pela empregadora (CAT – fls. 26/27) e a autarquia deferiu, administrativamente, auxílio-doença acidentário de 10/07/2016 a 13/12/2016 e de 27/07/2018 a 02/02/2019, além de auxílio-doença previdenciário de 06/12/2019 a 28/08/2020 e de 29/01/2021 a 25/06/2021 (fls. 143/146).

A perícia médica foi realizada em 15/04/2024, conforme o laudo de fls. 218/237.

Após o exame físico pertinente, o perito não constatou a existência de sequelas incapacitantes relacionadas ao referido infortúnio. Não há restrições, atrofia ou limitações no segmento lesionado que interfiram na capacidade laborativa da obreira.

A impugnação apresentada, desprovida de amparo técnico, foi insuficiente para elidir a credibilidade da perícia judicial, realizada por profissional imparcial e habilitado.

A indenização acidentária exige prova efetiva do prejuízo funcional, não bastando a existência de um dano à saúde do obreiro.

No julgamento do Tema Repetitivo 213, o Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, afirmou: *“De fato, o auxílio-acidente visa indenizar e compensar o segurado que não possui plena capacidade de trabalho em razão do acidente sofrido, **não bastando, portanto, apenas a comprovação de um***

dano à saúde do segurado, quando o comprometimento da sua capacidade laborativa não se mostra configurado.” (REsp n. 1.108.298/SC, DJe de 6/8/2010 – o destaque é meu).

No mesmo sentido, oportuno salientar trecho do voto proferido pelo Ministro HERMAN BENJAMIN: *“Com efeito, nos termos do art. 86, caput, da Lei 8.213/1991, o auxílio-acidente será concedido como indenização ao segurado quando, “após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia”. Assim, para a concessão do benefício, não basta a presença de alguma moléstia. É necessário que lesões sejam consolidadas e resultem em sequela que acarrete diminuição efetiva e permanente da capacidade para a atividade que o segurado habitualmente exercia.” (AgInt nos EDcl no AREsp n. 2.232.670/SP, DJe de 27/6/2023 – os destaques são meus).*

Portanto, não comprovados os fatos constitutivos do direito postulado pela autora (CPC, art. 373, I), mostra-se inviável a concessão do benefício acidentário pretendido, impondo-se a improcedência da demanda.

Diante do exposto, meu voto **nega provimento ao recurso.**

(assinatura eletrônica)
ANTÔNIO JOSÉ MARTINS MOLITERNO
Relator